

• Nacional

A ECONOMIA

Bnari

Últimas estatísticas ainda refletem quadro recessivo, avalia instituto

por Luci Moraes
de São Paulo

O exame detalhado dos indicadores econômicos apresentados neste ano pelos diferentes setores aponta para a manutenção do atual quadro recessivo. Essa é a conclusão da edição de abril dos Indicadores do Instituto de Economia do Setor Público (IESP).

"Existe um certo otimismo quanto à recuperação econômica baseado na elevação em fevereiro do consumo industrial de eletricidade, da arrecadação paulista do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Índice do Nível de Atividade (INA) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)", destaca um dos editores do boletim, Fernando Arruda Sampaio. Ele acrescenta, no entanto, que os números positivos não indicam uma retomada mas são explicados pelo fato de a comparação ser feita com bases fracas (fevereiro do ano passado e janeiro de 1991) e de fevereiro último ter tido um número excepcionalmente alto de dias úteis. No caso do aumento do ICMS, o crescimento também é influenciado pelo aumento das alíquotas e dos preços reais dos combustíveis.

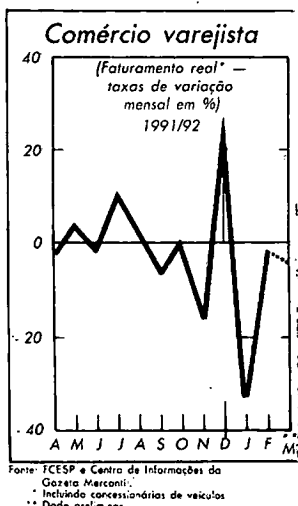
Na análise da publicação do IESP os indicadores confirmam a continuidade da retração econômica. "A alta taxa de desemprego no primeiro bimestre do ano significa que os empresários assumiram o ônus de novas demissões porque não acreditam numa retomada e não pretendem voltar a investir no curto prazo", ressalta Sampaio.

Os diferentes indicadores de empregos revelam segundo o boletim do IESP, que no primeiro bimestre do ano foi atingido o recorde negativo dos últimos quatro anos. O índice de população ocupada da FIESP, que vem caindo desde 1989, registra queda de 4,5% em relação a igual período de 1991. Considerando o mês de fevereiro, a taxa de desemprego nacional foi de 6,4%, muito próxima da pior média da última década, os 7,1% de 1984.

O aumento do desemprego conjugado com a perda do poder aquisitivo do salário, que caiu no País em janeiro 7,5% na comparação com dezembro, e 10,5% na indústria paulista em março sobre fevereiro, de acordo com o IBGE e FIESP, refletiram-se diretamente no desempenho do varejo. O comércio de São Paulo, por exemplo, está com o nível de vendas relativamente estabilizado desde novembro em um patamar 15% inferior ao de anos anteriores, conforme análise do IESP, com base nos dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

O fraco desempenho do varejo faz com que o setor mantenha baixo o nível de encomendas aos fornecedores, contribuindo para que a indústria não acelere a produção no curto prazo. Os dois setores estão amarrados ainda pelas altas taxas de juro, que inibem as vendas a crédito e o carregamento de estoques, analisou Sampaio.

Os juros elevados também comprometem as contas públicas, onerando os encargos financeiros da dívida interna. De acordo com as estimativas do IESP, eles aumentaram para 7% do PIB no primei-



Arrecadação não será compensada

por Luci Moraes
de São Paulo

O governo de São Paulo registrou nos primeiros dias de abril uma redução de Cr\$ 30 bilhões na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), segundo as informações divulgadas na semana passada pelo Palácio dos Bandeirantes.

Difícilmente essa perda será compensada, no decorrer de abril, de acordo com o assessor de política tributária da Secretaria da Fazenda, Clóvis Panzarini, já que nos primeiros cinco dias úteis é recolhida a maior parte da arrecadação do mês.

Panzarini diz que ainda é cedo para avaliar as causas da queda da receita de abril, estimada inicialmente pela Secretaria em Cr\$ 1,246 trilhão, ante Cr\$ 1,03 trilhão do mês passado.

A redução da arrecadação deste mês deverá interromper os resultados positivos do ICMS apresentados em fevereiro (9,3%) e março (11,6%) na comparação com os mesmos períodos do ano passado. Até então, desde abril de 1991 a receita estadual vinha contabilizando saldos negativos consecutivos.

O governador Luiz Antonio Fleury Filho disse ontem que o estado deverá registrar também uma queda do ICMS de Cr\$ 60 bilhões nos próximos três meses em razão da redução da alíquota de 18 para 12% do imposto sobre os carros (ver página 13).

ro bimestre de 1992, ante uma taxa anualizada em 1991 de 5% do PIB. No acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ficou estabelecido que a carga de juros total da dívida brasileira, incluindo a externa, ficará limitada neste ano em 6% do PIB.

O aumento dos encargos financeiros da dívida interna se dá quando a arrecadação federal cai 18,5% no primeiro bimestre do ano, em relação a 1991. A queda, de acordo com os indicadores, é uma consequência não só da recessão mas também dos efeitos da transição para as novas regras tributárias, como alongamento dos prazos de recolhimento e de vencimentos desindexados dos tributos.

O ICMS no País também apresentou retração no primeiro bimestre do ano em relação ao mesmo período anterior, registrando uma queda de 4,7%. As maiores reduções aconteceram na região Centro-Oeste (-8,7%) e Norte (-8,2%). Em São Paulo, a queda do ICMS foi de 6,6%.